

A distribuição de renda e a teoria do bolo

CLÁUDIO SALM

As transferências públicas de renda constituem evidentemente a forma mais direta de combater a pobreza e diminuir desigualdades. Os países mais desenvolvidos, os que possuem a renda mais bem distribuída, são também aqueles em que o peso relativo das transferências de renda é maior.

Entre 2003 e 2009 aumentamos de forma expressiva a parcela de gastos federais com transferências de renda, que passou de 7% a 9% do PIB. Essa proporção, equivalente à de alguns países da OCDE, deveria apresentar maior eficácia distributiva.

Acontece que 80% desses gastos correspondem a benefícios previdenciários dos trabalhadores de empresas e dos servidores públicos, que não melhoram a distribuição de renda. Nem é essa sua função, mas sim a de garantir aos aposentados e pensionistas o padrão de vida alcançado quando o titular estava na ativa. Pelo contrário, cobrir os déficits previdenciários com benefícios contributivos por meio de impostos cobrados de todos, inclusive dos mais pobres, é um fator de concentração de renda.

Redistributivas são as transferências assistenciais, não contributivas — aposentadorias de pequenos agricultores, de idosos que não tiveram a possibilidade de se inscrever na Previdência Social, e programas como o Bolsa Família. Essas, entretanto, representam apenas 1% do PIB e o Bolsa Família não alcança a metade disso. O que os governos arrecadam dos pobres via impostos sobre o que consomem supera o que lhes é devolvido através dessas transferências.

Redistributivo é o Imposto de Ren-

da. É forte a correlação entre a participação do Imposto de Renda no PIB e o grau de desigualdade. Nos países nórdicos ela gira em torno de 20% do PIB e o coeficiente de Gini em torno de 0,25 (o coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade que varia de 0 a 1). Não é muito diferente em quase todos os países desenvolvidos. Aqui, porém, como em toda a América Latina, o Imposto de Renda não chega a 7% do PIB e o nosso índice de Gini é de 0,54, dos mais altos do mundo.

Um indicador muito utilizado nos estudos sobre desigualdade compara a renda dos 10% mais ricos com a dos

40% mais pobres. As análises são feitas com base em pesquisas domiciliares que são confiáveis apenas para captar os rendimentos provenientes do trabalho e das aposentadorias e pensões. Mas não conseguem apurar, claro, os rendimentos do capital, lucros, juros ou mesmo as remunerações da alta gerência. A massa de rendimentos levantada pelas PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE) corresponde a menos da metade da renda nacional.

As PNADs mostram que a massa de rendimentos dos 40% mais pobres da população cresceu ao longo do governo Lula o dobro que a dos rendimentos dos 10% mais ricos. O aumento da participação na renda dos 40% mais pobres equivaleu aproximadamente à diminuição da participação do 1% mais rico. Redistribuição à la Robin Hood? Nada disso, pois todos ganharam. A preços de hoje, a renda média mensal dos 40% mais pobres, que em 2002 era de R\$ 126, passou a ser de R\$ 184, um aumento de 46%. No mesmo período aumentou também, em quase 20%, a renda média dos 10% mais bem situados na pirâmide de distribuição — de R\$ 2.162 em 2002 para R\$ 2.572 em

2008, ainda quatorze vezes maior que o rendimento médio dos 40% mais pobres, relação que não se vê em países avançados. Foi da mesma magnitude o aumento do 1% mais rico, que passou de R\$ 5.677 mensais para R\$ 6.716.

A melhoria que houve na distribuição de renda teve pouco a ver com as transferências do Bolsa Família, por mais importante que o programa possa ser para aliviar as condições dos que vivem na extrema pobreza. O que melhorou foram as oportunidades de trabalho, mais e melhores empregos proporcionados pelo crescimento econômico.

A arrecadação tributária no Brasil aumenta num ritmo maior que o crescimento do PIB. Entre 2002 e 2008, enquanto o PIB em termos reais aumentou em 26%, a arrecadação do governo federal aumentou em 30%. Caberá ao próximo governo corrigir este desajuste. Se conseguirmos manter elevadas taxas de crescimento, haverá ainda assim espaço para aumentar a participação dos gastos com o Bolsa Família e com as outras transferências assistenciais, melhorando na margem a distribuição de renda.

Alguém dirá, torcendo o nariz, que isso não passa de uma variante da surrada "teoria" do bolo, na medida em que os avanços sociais ficam subordinados ao crescimento econômico. E terá razão. Estamos condenados a ser bem mais ousados e criativos ao tratar do conjunto das políticas públicas, se quisermos realmente combinar desenvolvimento com inclusão social.

CLÁUDIO SALM é professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.